



CIEA7 #1:

GUARDIANES DE LA HISTORIA Y DE LA MEMORIA: 'TRADICIONES',  
COLECCIONES Y OTRAS MANIFESTACIONES (IN)MATERIALES DEL PERÍODO  
COLONIAL.

Patrícia Ferraz Matos<sup>©</sup>

patricia.ferraz.matos@gmail.com

## **A História e os Mitos:**

Manifestações da ideologia colonial na construção do Portugal dos  
Pequenitos em Coimbra<sup>1</sup>

*Este texto pretende reflectir sobre a construção do Portugal dos Pequenitos em Coimbra (Portugal), idealizada pelo médico Bissaya-Barreto, e interpretada pelo arquitecto Cassiano Branco, inaugurada em 1940, em pleno Estado Novo, com um objectivo pedagógico e de assistência social. Ir-se-á analisar a sua permanência na actualidade, permitindo que este espaço possa ainda ser visitado, e a reformulação dos discursos que fazem parte da exposição no período pós-independências. O Portugal dos Pequenitos reúne o então "Portugal de Aquém e de Além-Mar" vasto e poderoso, cuja história, à semelhança dos mitos, tem uma estrutura complexa, inclui elementos diferentes cujo arranjo pode ser alterado, avança e recua no tempo, inclui heróis do passado e apela à sua veneração. Na representação do "Portugal de Além-Mar" encontram-se os "outros", ou seja, os habitantes das ex-colónias portuguesas. No final, e como objectivo último, esta construção procura ter um alcance moralizador e apaziguador das "almas infantis".*

Portugal dos Pequenitos, Ideologia e história colonial, Período colonial e pós-colonial.

---

<sup>©</sup> Doutoranda do Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> Este texto foi escrito para uma comunicação apresentada no CIEA7 (7.º Congresso Internacional de Estudos Africanos no Mundo Ibérico), realizado entre 9 e 11 de Setembro de 2010 no Instituto Universitário de Lisboa (IUL), no âmbito do painel intitulado *Guardianes de la Historia y de la Memoria: "Tradiciones", Colecciones y Otras Manifestaciones (In)Materiales del Período Colonial*, coordenado por mim e por Jacint Creus Boixaderas (Universidade de Barcelona). Este trabalho contou com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Uma versão resumida e anterior a este trabalho foi publicada num subcapítulo do livro *As Côres do Império, Representações Raciais no Império Colonial Português* (Matos, 2006).

## CONTEXTO DE IDEALIZAÇÃO DO “PORTUGAL DOS PEQUENITOS”

A construção do Portugal dos Pequenitos (PP) no Largo do Rossio, em Santa-Clara, na cidade de Coimbra, foi realizada numa altura em que Portugal administrava territórios ultramarinos, mas ainda hoje, num período pós-colonial, e ao contrário de outras grandes exposições da época que foram desmontadas, pode ser visitada. Inaugurado no dia 8 de Junho de 1940, o PP completou 70 anos de existência em 2010. Trata-se do parque temático mais antigo de Portugal e, segundo uma fonte da Fundação Bissaya-Barreto, responsável pela preservação e gestão do espaço, tem actualmente uma média diária de mil visitantes, sendo a maior afluência entre os meses de Março e Outubro. Em 2009 teve cerca de 300 mil visitantes, entre adultos e crianças, que chegam ao espaço em grupos familiares ou em grupos de escola.

Esta construção, enquanto metáfora do país em miniatura, é “boa para pensar” o país durante o Estado Novo e a política colonial que lhe foi contemporânea. Para esta análise efectuei várias visitas ao espaço<sup>2</sup>, procurei trabalhos realizados sobre a exposição, entrevistei uma das pessoas que foi responsável pelo espaço e uma das pessoas que trabalhou na sua construção, enquanto mestre de cantaria, e que conheceu pessoalmente os mentores que estiveram por detrás da idealização e concretização da obra. Já escreveram sobre o PP, por exemplo, Nuno Porto (1994), no âmbito da antropologia, ou Heloísa Paulo (1990), mais no âmbito da história, e existe uma tese de mestrado sobre a vida e a obra de Bissaya-Barreto da autoria de Pais de Sousa (1999).

A idealização do PP deve-se ao médico de Coimbra Fernando Baeta Bissaya Barreto Rosa (Castanheira de Pêra, 29-10-1886 – Lisboa, 16-9-1974) e a sua interpretação ao arquitecto Cassiano Branco (Lisboa, 1897 – Lisboa, 1970). Esta construção é “desde 1940, um parque ludo-pedagógico destinado essencialmente à Criança”, como podemos ler no periódico *Notícias* editado pela Fundação Bissaya-Barreto (2000: 4), e ocorreu no contexto de uma vaga de grandes exposições, não só

---

<sup>2</sup> As primeiras visitas foram realizadas em 2002. Visitei o espaço recentemente, em 2010, com vista a averiguar as possíveis alterações ao mesmo e as actualizações de discurso nos textos existentes no espaço ou a ele referentes. Durante as visitas procurei analisar a construção, enquanto objecto cultural, idealizada nos finais dos anos 30 e inaugurada em 1940 e reportar a essa época, à razão de ser do espaço nesse contexto e aos objectivos que, nesse contexto, o espaço procurava concretizar. Seria interessante fazer uma apreciação do comportamento das pessoas, hoje, face ao conteúdo actual da exposição ou tentar responder a questões que se prendem com as razões que levaram a alterar umas coisas e não outras, ao longo dos anos, ou os critérios que levaram a expor os elementos que foram acrescentados e o porquê dessa disposição. Podia, ainda, procurar respostas para a ausência de contextualização e datação de alguns elementos (não existem legendas, nem o guia da exposição possui qualquer descrição acerca dos mesmos). Podia perguntar, por fim, se faz sentido o espaço continuar aberto ao público nestas condições. Contudo, não é a essas questões que pretendo responder neste texto.

em Portugal, mas também na Europa. Os desenhos referentes a esta construção situam-se entre 1937 e 1962, pois, apesar de inaugurada em 1940, a obra foi sendo realizada ao longo de vários anos. Como se tratou de uma estrutura dirigida para as crianças, o seu carácter é essencialmente pedagógico, mas tal deve-se também à concretização de algumas ideias de Bissaya-Barreto no que à pedagogia e aos seus objectivos dizia respeito.

Como refere o guia da exposição do PP, que existiu depois de 1974 até cerca de 2002 (em português, francês, inglês e alemão), “esta obra está integrada num vasto plano de protecção à Criança, traçada ao seu tempo, (...) pelo, então, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Doutor Bissaya Barreto (...)”. No entanto, à excepção da tese de mestrado de Pais de Sousa (1999), nos poucos trabalhos que se referem ao PP não é feita uma abordagem acerca do discurso pedagógico de Bissaya-Barreto. Além disso, é importante compreender esta construção no âmbito de um conjunto de casas da criança, construídas pela Junta da Província da Beira Litoral<sup>3</sup>, da qual Bissaya-Barreto era presidente.

### **Percurso biográfico de Bissaya-Barreto**

Bissaya-Barreto teve como herdeira universal a Fundação, que adoptou o seu nome, e foi por si criada em 1958 quando o PP tinha dezoito anos de existência. Formado em Medicina<sup>4</sup>, foi um cirurgião dedicado, mas teve também um papel activo na sociedade portuguesa e foi um apoiante do regionalismo<sup>5</sup>. Tal como outros homens desta época, não teve um percurso político contínuo, seguindo a mesma ideologia, mas sim algo atribulado e controverso. Foi militante republicano e maçã da loja “Revolta”, membro da Assembleia Constituinte responsável pela Constituição republicana de 1911 e partidário do Evolucionismo político de António José de Almeida. No entanto, posteriormente aderiu, ainda que com alguma polémica, ao Estado Novo e nesse contexto desenvolveu obras de assistência social. Será a componente nacionalista, não só do republicanismo, como do próprio Bissaya-Barreto,

---

<sup>3</sup> Sobre o trabalho desenvolvido pela ora “Junta Distrital de Coimbra”, ora “Junta Provincial da Beira Litoral”, “conforme as andanças e prescrições do código administrativo”, *vide* o trabalho de Bissaya-Barreto (1970) em quatro volumes.

<sup>4</sup> É comum alguns autores referirem-se à biografia de Bissaya-Barreto feita por Pierre Goemaere, publicada em 1942, primeiro em francês e depois em português, afirmando que Bissaya-Barreto possuía três cursos - medicina, filosofia e matemática. Contudo, destes dois últimos apenas frequentou algumas aulas, possuindo, pois, unicamente o curso de medicina.

<sup>5</sup> Como referiu o arquitecto Bandeirinha, tanto como deputado do Partido Evolucionista pela Figueira da Foz, como presidente da Junta da Província da Beira Litoral, Bissaya-Barreto procurou desenvolver um “projecto de autonomia beirã” no sentido de “reagir à bipolarização urbana do país” (1996: 41).

que nos permite atribuir uma continuidade a este percurso, pois é essa a matriz que vamos encontrar também na política de Salazar.

Terá sido a realização das comemorações dos centenários<sup>6</sup> de Camões de 1880 e de Pombal de 1882, por um lado, e “o desenvolver da questão colonial e a indignação patriótica que se seguiu ao *Ultimatum* inglês de 1890”, por outro, que “permitiram o crescendo da propaganda republicana e da estratégia inerente da laicização da sociedade portuguesa” (Sousa, 1999: 235). E é nesta dinâmica que vêm a cruzar-se as duas influências decisivas ao longo do seu “processo de formação intelectual e universitária”, a saber, “a influência do espírito maçónico e a influência do positivismo” (*idem*: 235).

Bissaya-Barreto era um homem conhecedor do que pela Europa se fazia. Porém, embora tendo “fortes preocupações de contemporaneidade e de progresso” (Bandeirinha, 1996: 33), repudia o modernismo artístico preferindo as manifestações do passado. O modo como Bissaya-Barreto via a realidade social foi influenciado pela sua formação académica. Sendo um republicano agnóstico, teve consciência da importância do pensamento sociológico através da sua formação científica em ciências naturais e da vida. Deste modo, o seu pensamento é diferente do dos autores que influenciaram o pensamento social católico que caracteriza o pensamento jurídico de Salazar, por exemplo, nos anos 20 do século XX. A realidade social foi concebida por Bissaya-Barreto sob a influência dos trabalhos de Herbert Spencer e Gustave Le Bon e a influência do modelo antropobiológico de homem - modelo concebido a partir do conceito de evolução<sup>7</sup> desenvolvido por Charles Darwin<sup>8</sup> e Lewis Morgan (Sousa, 1999: 99).

A figura de Bissaya-Barreto encontra-se no eixo de uma “rede” (Barnes, 1972) de relações sociais constituída por pessoas de diferentes meios políticos e económicos. Esteve ligado à União Nacional e ao aparelho de Estado, por exemplo, e tinha uma relação próxima com o regime e com o próprio Salazar, sendo o médico pessoal da sua mãe. Porém, nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, manifestou-se contra o fascismo junto de Salazar e desenvolveu contactos regulares, com o

---

<sup>6</sup> Sobre a necessidade da realização de “centenários” nesta época, *vide* a obra *Os Centenários* de Teófilo Braga (1884) onde o autor reúne vários escritos para fundamentar, à luz do pensamento de Augusto Comte, a utilidade ético-social das comemorações.

<sup>7</sup> Segundo Pais de Sousa, “podemos dizer que o evolucionismo se apresentou na história da epistemologia das ciências, como um desenvolvimento do positivismo, ou seja, um positivismo de segunda geração, com especial ênfase para o conhecimento de tipo experimental e aplicado, desenvolvido pelo saber médico” (Sousa, 1999: 106). Esta versão, embora discutível, aponta para que tenha sido este positivismo de segunda geração, com orientação não “idealista”, semelhante à que Augusto Comte lhe terá conferido inicialmente, que influenciou em Portugal as obras de Antero Quental, Oliveira Martins, Manuel Emídio Garcia, José Falcão, Teófilo Braga e Manuel de Arriaga (*vide* Sousa, 1999).

<sup>8</sup> Sobre a influência da obra de Darwin em Portugal, *vide* Pereira (2001).

conhecimento do presidente do Conselho, junto dos serviços secretos britânicos e norte-americanos e “é talvez por esta razão, que a partir de 1939 se estruturam os processos e a vigilância da PIDE de que, entretanto, passa a ser alvo” (Sousa, 1999: 241). Depois da guerra, embora adoptando uma postura discreta, continuou ligado ao regime, mas as suas atenções estiveram viradas essencialmente para as questões da medicina e da assistência social<sup>9</sup>.

Bissaya-Barreto mantinha uma amizade com Henrique Galvão, um dos cadetes que conduziu Sidónio Pais ao poder, e que, posteriormente, aderiu à Ditadura Militar de 1926 e desempenhou cargos ligados à administração colonial, estando várias vezes em Angola e tendo escrito vários artigos e relatórios sobre as colónias portuguesas. Em 1942 foi também Galvão que traduziu a biografia de Bissaya-Barreto, escrita por Pierre Goemaere originalmente em francês, para português. Quando Galvão, em 1948, enquanto deputado à Assembleia Nacional por Angola, apresenta um trabalho sobre os *Problemas Nativos nas Colónias Portuguesas*, iniciou-se o seu conflito com o Estado Novo e com Salazar. É ainda Galvão quem elabora o guião do filme de João Mendes, *Rumo à Vida: a Obra de Assistência Social na Beira Litoral* (1950), a pedido de Bissaya-Barreto. A amizade com Galvão terá permitido a Bissaya-Barreto tomar conhecimento de alguns problemas existentes nas colónias, por um lado, e estabelecer o contacto com elementos da oposição ao Estado Novo, por outro. Galvão era também amigo pessoal e correspondente de Cassiano Branco<sup>10</sup> – o arquitecto escolhido por Bissaya-Barreto para projectar o PP.

Cassiano Branco esteve ligado ao PP durante vinte e cinco anos desde 1937 até 1962<sup>11</sup>. Conhece-se a proximidade de C. Branco a sectores de oposição ao Estado Novo, mas Bissaya-Barreto, por ter sido militante da maçonaria, talvez já o conhecesse há algum tempo. Todavia, esse facto não é suficiente para afirmar que

---

<sup>9</sup> No âmbito destas obras podemos referir: a. obras de apoio à mãe e à criança; b. criação de sanatórios e hospitais (por exemplo, a construção do Hospital Sobral Cid - ideia conjunta de Bissaya-Barreto e Sobral Cid - foi quase inviabilizada por falta de verbas, mas a determinação de Bissaya-Barreto levou a que ele próprio tenha adquirido os terrenos para o edifício); c. combate a doenças como a lepra, tuberculose, loucura, sífilis e cancro, consideradas por Bissaya-Barreto como as “cinco chagas”. A iniciativa de Bissaya-Barreto é, de facto, de destacar, sobretudo se tivermos em linha de consideração a precariedade de meios e de equipamentos similares com que o país se debatia, tornando esta obra um “verdadeiro oásis de política assistencial” (Bandeirinha, 1996: 32).

<sup>10</sup> O espólio de Cassiano Branco está no Arquivo do Alto da Eira, em Lisboa, e uma parte correspondente ao projecto do “Portugal dos Pequenitos” está no arquivo da Câmara Municipal de Lisboa. Segundo Helena Neves, responsável pelo Arquivo do Alto da Eira, o tempo de actividade profissional de Cassiano Branco, testemunhado no acervo que diz respeito à totalidade do espólio e está hoje disponível, é de 42 anos (1927-1969) “sendo as décadas de 30 e 40 as que lhe são conhecidas como de maior criatividade” (2000: 10).

<sup>11</sup> Vide Bandeirinha, 1996.

fossem grandes amigos<sup>12</sup>. A fundamentar esta ideia está o facto de que não parece existir correspondência pessoal entre os dois, em Coimbra muito raramente eram vistos juntos, e quando iam visitar o decorrer das obras ao PP faziam-no individualmente, na maioria das vezes. De notar que no ano em que Bissaya-Barreto terá feito a encomenda do projecto (1937), C. Branco era conhecido não como um arquitecto que cedia aos traços arquitectónicos que caracterizavam o regime, mas sim como um arquitecto modernista e vanguardista.

É talvez por reconhecer a responsabilidade na formação dos indivíduos que Bissaya-Barreto vai desenvolver estruturas de apoio às crianças, ou seja, aos “homens de amanhã” que permitirão a continuidade dos valores da “nação” e da “raça”. Uma das razões que levou Bissaya-Barreto a elaborar “um discurso sobre o problema pedagógico dirigido ao ensino pré-escolar” foi provavelmente o “ter presente que no seguimento do primeiro conflito mundial, importantes alterações políticas, económicas e sociais, se verificaram na Europa” (Sousa, 1999: 175). No dia 12 de Julho de 1940, aquando da inauguração da Casa da Criança Rainha Santa Isabel, Bissaya-Barreto evocou a visão de Rousseau do Homem e da Cidade, quando se referiu ao parque anexo desta casa, isto é ao “Portugal dos Pequenitos” - “a Cidade das Crianças”, “a miniatura de uma Cidade maravilhosa” (1970: 212). Segundo este médico, as crianças eram “um capital humano nacional” e constituíam um “material de uma plasticidade extrema, que a tudo se amoldam e se adaptam à forma que escolhermos”. E, na medida em que, “um Povo vale o que valem os seus habitantes” e “a saúde física, moral e material da criança representa o futuro, a prosperidade e progresso do Estado, sob o ponto de vista intelectual, moral e material”, então, “as Casas da Criança” eram “as melhores armas (...) para a valorizar, para a fortalecer” e fazer dela um “valor útil à nação” (1970: 212).

O próprio C. Branco escreveu que:

O ‘Portugal dos Pequenitos’ não deve ser considerado um museu de miniaturas arquitectónicas de Portugal. Esse julgamento limitaria demasiado a inteligência e cultura dos que tal considerassem por não se terem apercebido da feição pedagógica<sup>13</sup> desta obra, inspirada nos métodos preconizados e difundidos

---

<sup>12</sup> Porém, na altura em que Cassiano Branco (elemento do Secretariado de apoio à candidatura de Humberto Delgado à Presidência desde 1957) foi preso pela PIDE (julga-se que por ter sido o portador do pagamento da candidatura deste candidato da oposição), em 1958, Bissaya-Barreto terá reunido esforços para que aquele fosse libertado, embora já estivessem afastados.

<sup>13</sup> “Pedagogia progressista”.

pelos maiores pedagogos, como Pestalozzi, Froebel, Montessori e outros, e executada com o objectivo de ensinar a criança, recriando-a<sup>14</sup>.

## FASES DE CONSTRUÇÃO E ESTRUTURA DO ESPAÇO

(...) Qualquer Portugal dos Pequenitos ainda que aparentemente inócuo, ou fácil, ou insignificante, não pode ser objecto de ignorância ou de menosprezo da parte de cada um de nós, enquanto críticos ou autores, porquanto (...) mantém todas as suas 'quinas vivas' (Távora, 1996: 7).

Como sugeriu o arquitecto Fernando Távora na citação anterior, esta construção merece ser analisada com alguma atenção. Ela pode ser interpretada, num certo sentido, como uma iniciativa individual em resposta ao centralismo da capital. Em 1940, um ano de exaltação dos valores nacionalistas, ia realizar-se em Lisboa a “Exposição do Mundo Português”. Inicialmente, tinham sido previstas outras manifestações em alguns locais do país - um cortejo do trabalho no Porto, uma pequena exposição de ourivesaria em Coimbra e outra de barroco no Porto, etc. Porém, Bissaya-Barreto procurou dar uma resposta regionalista à exposição concentrada em Belém, elaborando um projecto para Coimbra que homenageasse os centenários da “Fundação” e da “Restauração”. O espaço a construir teria também um carácter expositivo, com objectivos pedagógicos, e representaria a história de Portugal, porém numa versão feita para as crianças - os principais alvos da sua obra.

A estrutura do PP divide-se em cinco partes principais (Fig. 1) - “Portugal de Além-Mar”<sup>15</sup>, “Portugal Monumental”, “Coimbra”, “Portugal Metropolitano”<sup>16</sup> e “Casa da Criança”. Na parte “de Além-Mar” estão representados os países outrora administrados pelos portugueses em África, hoje Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, e Macau, Índia, Timor e Brasil, assim como a parte insular do país - Açores e Madeira. Neste local temos, assim, uma representação de Portugal que pretende elucidar-nos acerca dos seus habitantes, o que fazem, a sua “cultura”, as suas actividades e os seus artefactos. Embora com vários espaços contínuos e distintas opções de circulação, o espaço tende a direccionar o visitante. Se observarmos a planta do espaço, apercebemo-nos da centralidade da parte do

<sup>14</sup> Transcrição de um manuscrito de C. Branco citado em Bandeirinha (1996: 52).

<sup>15</sup> Para este texto adoptei esta expressão que é a designação original. As expressões utilizadas hoje são “Portugal Insular” e “Países de Expressão Portuguesa”.

<sup>16</sup> Esta parte é hoje designada por “Casas Regionais”.

“Portugal Monumental” e dos monumentos que representam a cidade de Coimbra. Para C. Branco o PP dividia-se “em três ‘lições’: a primeira lição, numa escala de 0,005 p.m.” para as “classes infantis; a segunda e terceira lição, em escalas de 0,025 p.m., mais desenvolvidas de aspectos e documentação” para as “crianças de mais idade” (PP, 2000: 26).

O parque foi sendo erigido ao longo de vários anos, mas sempre seguindo o projecto inicial. À excepção de umas pequenas alterações no pavilhão de Brasil, segundo um desenho de C. Branco de 1951, que incluem o desenho dos pilares frontais - esculpidos de modo a assemelharem-se a palmeiras - e o texto da frase escrita na frente do pavilhão, não se conhecem mais alterações. O texto inicial da fachada deste pavilhão suscitava a ideia de que existiria uma relação paternal de Portugal relativamente ao Brasil. Porém, esta proposta não gerou consensos e, por essa razão, o texto foi alterado para o que ainda hoje se pode ler na fachada - “Portugal e Brasil são duas pátrias irmãs”, estabelecendo entre os dois países uma relação fraternal em vez de paternal.

A existência apenas destas alterações reforça a ideia de que, apesar de os anos terem passado, a conjuntura internacional e nacional se terem modificado, o projecto se manteve inalterado, sem quaisquer actualizações ao longo de vinte e cinco anos. Isto, provavelmente, devido ao facto de que, apesar de tudo, não se alterou a percepção nacionalista nem a componente pedagógica do projecto. À data da inauguração do PP, em 1940, existia apenas a parte do “Portugal Metropolitano” e a estátua equestre de D. Afonso Henriques. Depois, foi completada a parte de “Coimbra” e foram construídos os pavilhões referentes às ex-colónias portuguesas que constituem o “Portugal de Além-Mar” (início dos anos 1940s). Por último, são construídos os edifícios que representam o “Portugal Monumental” e feitos alguns pequenos acrescentos (de 1950 a 1962).

No que respeita a alterações recentes<sup>17</sup> podemos referir as efectuadas no pavilhão do Brasil (depois de 2003), uma vez que em 2002 estava ainda fechado, e que o tornaram um espaço de projecção de um espectáculo multimédia albergado numa estrutura que procura reconstituir uma nau, em frente da qual é representado como que um grande oceano, para lá do qual se deverá imaginar a chegada ao grande país sul-americano.

---

<sup>17</sup> Além destas alterações foi criado, em Dezembro de 2003, o “Relógio de Sol” - um espaço destinado a actividades e eventos lúdico-pedagógicos, da autoria do arquitecto João Paulo Revez Conceição. Contudo, foi removido recentemente, em Abril de 2010, uma vez que as chuvas fortes do Inverno danificaram as lonas que constituíam as paredes laterais da estrutura. Outra modificação recente foi a reabertura, em Janeiro de 2010, de uma reprodução da Sala dos Capelos da Universidade, após obras de reabilitação.

## “PORTUGAL DE ALÉM-MAR”

Tal como as grandes exposições da época, esta construção sugere-nos a ideia de viagem interessante e aprazível por diferentes e longínquos espaços, neste caso por todos os territórios que constituíam o então “império colonial português”. Quando entramos, depois de termos passado a construção de uma fortaleza com duas torres pontiagudas (Fig. 2), deparamo-nos com o conjunto arquitectónico que constitui o “Portugal de Além-Mar”. Segundo o livro-guia do PP, aqui vemos “Portugal nas suas províncias<sup>18</sup>” neste caso “espalhadas pelo mundo, que a mesma água do mar banha e o coração português une” e através dos pavilhões que constituem esta parte “vamos percorrer uma epopeia única, de lutas e trabalho, de fé e de amor” (PP, 1966: 81).

Na entrada, como que constituindo um *hall*, está uma praça no centro da qual se encontra, à escala real, o busto do fundador do espaço - Bissaya-Barreto (Fig. 3). A ladear este busto - como que a escoltá-lo - estão seis figuras de africanos, de grande porte, musculados, representados a uma escala aumentada que impressiona, com os braços cruzados e sem qualquer identificação (Fig. 4). Paralelamente a este busto, e de ambos os lados, existem duas ruas que nos conduzem a uma praça onde está um planisfério com o desenho de algumas das rotas dos primeiros navegadores e respectivas datas (Fig. 5). Este planisfério é ladeado pela figura do Infante D. Henrique representado também à escala real.

Para além do conjunto representativo dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, esta parte inclui<sup>19</sup> pavilhões representativos das ex-colónias portuguesas - Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Índia, Timor, Macau e Brasil (que embora independente desde 1822 tem também aqui presença). Do lado direito, estão os pavilhões que representam os territórios localizados nas rotas do Oceano Atlântico - Angola, S. Tomé e Príncipe, Brasil e Cabo Verde. Do lado esquerdo, estão os territórios das rotas do Oceano Índico - Moçambique, Índia, Timor

---

<sup>18</sup> A designação “províncias” está de acordo com a terminologia utilizada nos anos 60 do século XX que veio substituir o termo “colónias” anteriormente utilizado. No entanto, deve lembrar-se que a expressão “províncias ultramarinas” já vem do século XIX, embora só tenha sido adoptada pelo regime em 1951 por revisão da Constituição. A partir desta altura, o Ministério das Colónias muda de nome para Ministério do Ultramar e o *Boletim Geral das Colónias* passa a designar-se *Boletim Geral do Ultramar*.

<sup>19</sup> O guia (folheto) do PP dos anos 70 referia que esta parte inclui o “Portugal Insular” - Açores, Madeira e Macau, por um lado, e o conjunto dos “Países de Expressão Portuguesa”, por outro. Deste último, fazem parte os P.A.L.O.P. (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde) e também o Brasil, Timor e a Índia. Este guia foi substituído recentemente, fazendo agora Macau parte dos “Países de Expressão Portuguesa”. No padrão existente à entrada do pavilhão de Macau lê-se o seguinte: a “presença portuguesa manteve-se até o século XX, correspondendo ao dia 31 de Dezembro de 1999 o termo do estatuto da administração portuguesa do território”.

e Macau. Ao fundo destas ruas estão os pavilhões dos Açores (lado esquerdo) e da Madeira (lado direito) e entre elas - seguindo um eixo que liga a praça da entrada à praça do planisfério - estão o pavilhão da Guiné-Bissau e a “Capela das Missões”. Do ponto de vista decorativo existem aqui alguns elementos que nos remetem para um certo naturalismo. Por exemplo, os pavilhões que representam os Açores, a Madeira e Timor são circundados por água e o planisfério tem na sua base um pequeno lago.

No sentido de descrever a epopeia dos portugueses, os edifícios deste conjunto têm um papel muito importante, ao remeter-nos para o passado, para uma história mítica e para uma diferenciação entre os portugueses e os povos por eles colonizados. Exemplos disso são os pavilhões de Angola e Moçambique, cujo exterior actual é semelhante ao dos fortes quinhentistas, embora na sua construção original tenham sido utilizados materiais como troncos de árvores e colmo, procurando representar as habitações destes locais (Fig. 6). Além disso, a decoração destes e de outros pavilhões recorre a elementos nos quais encontramos um certo “orientalismo” ou “africanismo”, como referiu Nuno Porto (1994), que nos remete para o longínquo e completamente diferente. A propósito desta parte, o filme de João Mendes (1968?) sobre o PP inclui várias crianças da “metrópole”, outras vindas de África e de outros locais, que brincam em conjunto, dançando em rodas, procurando dar uma imagem de partilha e harmonia, apesar de oriundas de territórios diferentes. Segundo o seu locutor, são “portugueses de qualquer radiano ou de raça (...) venham de onde vierem”.

No interior dos pavilhões, segundo o guia de 1966, “inspirados nas construções indígenas”, existem “coleções, mais ou menos extensas, da fauna, da flora, produtos vários, aspectos dessa múltipla vida que por essas largas e diversas regiões portuguesas decorre” (PP, 1966: 87). Quanto à proveniência dos objectos, apenas se sabe que uns foram oferecidos por governadores das colónias e outras pessoas, e outros comprados ou mandados fazer por encomenda (Figs. 7, 8 e 9). Os responsáveis por este espaço justificam a arrumação e o ordenamento dos objectos com base no espaço disponível, função do objecto, tipologia, ano de produção da peça e separação de peças manuais de peças feitas pelo torno mecânico. Existe um inventário deste espólio feito pela Fundação Bissaya-Barreto que inclui a proveniência do objecto, o ano e o modo de produção, dimensão, materiais e fotografia individual.

Estes objectos, muito diferentes entre si, são colocados, na maioria das vezes, lado a lado, no interior da mesma vitrina. Encontramos instrumentos musicais no

pavilhão de Angola (cordofones<sup>20</sup>, pianos de dedos), no pavilhão da Guiné (xilofone, cordofone com caixa de carapaça de animal) e no pavilhão de Cabo Verde (roncos). No pavilhão de Moçambique estão “esculturas em pau-preto” (anos 50 e 60 do século XX), “arte maconde” (anos 50 e 60 do século XX), “arte Changane”, objectos do “sul de Moçambique”, peças em marfim e máscaras da dança do Mapico (anos 30 do século XX). Ainda neste pavilhão, podemos ver ovos de animais, grãos, feijões (também no pavilhão de Cabo Verde), sementes, pedras, paus e outros elementos da natureza sem qualquer referência ao nome, origem, etc. No Pavilhão da Guiné encontram-se objectos executados em fibras naturais, vários utensílios de caça, uma arma semelhante a uma espingarda (na mesma vitrina em que estão dois instrumentos musicais), um mapa com exemplos de animais do território e produtos agrícolas. Do pavilhão de S. Tomé e Príncipe faz parte um conjunto de bonecos com trajes “típicos” deste país, utensílios domésticos e diversos utensílios de pesca. No fundo, e para as crianças, o que encontramos no interior destes pavilhões é um conjunto de objectos estranhos, que se tornam mais estranhos pelo facto de existir uma parca informação sobre os mesmos.

Quanto ao pavilhão do Brasil, é criada uma grande expectativa pela definição que vem no livro-guia do PP - “um documentário dessa grande nação irmã, desse país imenso (...) o quinto no mundo em extensão, rico e variado de solo”. Contudo, este que é o maior de todos os pavilhões desta parte e continha no seu interior pedras semi-preciosas, máscaras, madeiras exóticas, etc., foi assaltado na altura da revolução do 25 de Abril de 1974 e, tendo ficado com poucos elementos, foi encerrado até recentemente, abrindo de vez em quando para a realização de exposições temporárias não relacionadas com o pavilhão. Neste momento, como já referi, foi transformado num espaço de apresentação de um espectáculo multimédia (Fig. 10).

Na praça oposta à da entrada encontra-se a “Capela das Missões” que, segundo o guia de 1966, “é resumo e símbolo (...) das nossas igrejas de Missões (...), das tantas que deixámos pelas ribas atlânticas e índicas” (PP, 1966: 84). Esta capela (Figs. 11 e 12) pretende significar, segundo o guia em folheto dos anos 70 do século XX, o que “de grande e ao mesmo tempo de modesto o esforço do missionário português que, ao lado do guerreiro, tem dado através dos tempos, novos Mundos ao Mundo”. Ou seja, representa a civilização e o esforço missionador e evangelizador dos portugueses por terras inóspitas. Em frente à capela, e ladeando o planisfério (Fig. 5), está a representação do Infante D. Henrique (1394-1460), que segundo o guia de 1966

---

<sup>20</sup> Não existem legendas a respeito destes objectos, nem do que são. Apenas o pavilhão de Cabo Verde contém uma legenda generalista para os roncós - “instrumentos musicais”.

é a “incarnação da alma da raça, desvendadora do incógnito, desta Raça coordenadora de raças, civilizadora de povos, esclarecida nas letras, ferosa nas lutas, indómita nos trabalhos, persistente nas empresas, que serviu de último Apóstolo a Cristo e que, num século levou a fé por todo o globo” (PP, 1966: 81). É esse planisfério que, de certa forma, divide o mundo do “Portugal de Além-mar” do mundo do “Portugal Monumental” e do “Portugal Metropolitano”.

Nas ruas do “Portugal de Além-Mar”, e à entrada de cada um dos pavilhões que constituem este conjunto, estão uns pequenos padrões de pedra que têm esculpidos textos (Fig. 13). No entanto, os padrões que estão na rua e à entrada dos pavilhões são aqueles cujo texto foi revisto por Luís de Albuquerque a partir da versão original, no início dos anos 90 do século XX, e aqueles cujo texto é o original foram colocados no interior dos pavilhões. O texto do padrão de Macau foi modificado em 2000 e a alteração do de Timor aguardou até aos resultados das eleições de 2002, para ser mudado posteriormente. Para esta análise, as versões originais dos textos são as mais importantes. No entanto, se em alguns momentos fizemos uma comparação com as versões revistas no início dos anos 90<sup>21</sup>, podemos alcançar uma melhor percepção das anteriores.

O texto dos padrões que se encontram no interior dos pavilhões refere-se às ex-colónias utilizando o termo “províncias ultramarinas” (designação utilizada no período pós-Segunda Guerra Mundial, altura em que os pavilhões foram construídos). Como exemplos podemos referir o texto original do pavilhão de Angola onde se lê que a “acção civilizadora dos portugueses” foi feita “pacificamente” através de uma negociação com o “rei preto do Congo”, cujo filho foi trazido para Portugal, pelo rei D. João II, para ser baptizado e educado. Note-se aqui o facto de não se reconhecer a existência de “civilizações africanas”<sup>22</sup> aquando da chegada dos portugueses - aqueles que vão civilizar - e a utilização da expressão “rei preto” que utiliza uma classificação baseada na cor para se referir ao africano. Por outro lado, subentende-se aqui ainda uma certa troca pelo facto do rei D. João II (europeu) ter trazido para Portugal o filho do rei do Congo (africano) para que aquele pudesse alcançar os caminhos da “civilização”, através do baptismo católico e das “letras”.

O texto original referente à Guiné, refere-a como uma “província (...) que compreende ainda muitas raças negras” e que a negociação não foi tão fácil, pois aqui existiam “azenegues” e “negros” que utilizavam “azagaias envenenadas”. Porém, a

---

<sup>21</sup> A totalidade das versões originais e revistas destes textos está publicada em Matos (2006). Neste texto utilizo as expressões originais conforme estão escritas nos padrões, não fazendo actualização da grafia.

<sup>22</sup> No texto revisto do padrão de Angola, a expressão “rei preto do Congo” foi substituída por “rei do Congo” e a expressão “começou pacificamente a acção civilizadora dos portugueses” foi substituída por “estabeleceu relações amistosas com civilizações africanas”.

“primazia dos nossos descobridores e o valor do seu esforço” terá finalmente conseguido dominá-los<sup>23</sup>. Para além da utilização de expressões como “raças negras” e “negros”, sugere-se que estes são “selvagens” e perigosos e foi necessário um grande “esforço” para conseguir controlá-los.

No texto original do pavilhão da Índia é feita referência à negociação com os povos deste território para “comprar as especiarias tão apreciadas”; todavia “as intrigas dos moiros” obrigaram a que tenha sido “pela força” que os portugueses conseguiram “o domínio dos mares” e, nesse sentido, das populações. O texto acrescenta que foi necessário derrotar “os turcos, os egípcios e os índios” para que os portugueses tivessem um “império” na Índia. Por outro lado, embora se refira que os “moiros” eram intriguistas, reconhece-se a necessidade de chegar a um acordo com os mesmos, uma vez que os bens que com eles trocavam eram valiosos para os portugueses.

Quanto aos textos originais de S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde, como estes locais eram desabitados quando os portugueses lá chegaram, não há, naturalmente, referência a contactos, guerras ou negociações, mas sim à descrição física destes territórios. Não obstante, no texto de S. Tomé e Príncipe é referido que os portugueses exploraram estas ilhas e “colonizaram-nas de tal modo que hoje vem de lá óptimo café e o cacau mais apreciado do mundo inteiro”, mas não é acrescentado que esse processo foi feito, inicialmente, e durante séculos, a partir do tráfico de escravos<sup>24</sup>.

O texto referente a Cabo Verde refere que as ilhas deste arquipélago foram “colonizadas por brancos e pretos”. Neste, como acontecia no texto de Angola, surge-nos uma classificação baseada na cor, utilizando termos como “brancos” e “pretos”, que nos remetem para uma imagem figurada de “raça”. Por outro lado, a língua que aí vamos encontrar não é o português, mas sim “algo diferente”, porque “creoula”, resultado da mistura de várias influências, mas na qual a língua portuguesa continua a ser predominante. Note-se que este aspecto da crioulação só é referido em relação à língua e não em relação aos indivíduos, ou a outros aspectos culturais, parecendo sugerir-se assim que as misturas em Cabo Verde só se verificaram ao nível da língua.

---

<sup>23</sup> As expressões “azenegues”, “negros” e “raças negras” são substituídas pelo termo “populações” no texto revisto. A destacar está também o facto de que, enquanto no texto original se diz que os primeiros navegadores morreram “varados por azagaias envenenadas”, no texto revisto lê-se que foram estabelecidos “contactos com as populações”, desaparecendo assim o carácter bélico desse contacto.

<sup>24</sup> O tráfico foi abolido em Portugal pelo Marquês de Pombal em 1761-1773. Sobre este assunto *vide* Boxer (1969).

## PORTUGAL DE AQUÉM: “PORTUGAL MONUMENTAL”, “PORTUGAL METROPOLITANO”, “COIMBRA”, “CASA DA CRIANÇA” E JARDIM

Passado o planisfério (Fig. 5), temos acesso à parte do “Portugal Monumental” (designada originalmente por “Portugal Histórico e Artístico”) onde encontramos um conjunto de edifícios constituído por pastiches representativos de alguns monumentos portugueses. É de salientar aqui a proximidade destes edifícios com os originais, o que se deve a um perfeccionismo<sup>25</sup> e a um rigor elevado do escultor destes edifícios. Vamos encontrar aqui, por exemplo, o Mosteiro da Batalha, o Castelo de Guimarães, uma Capela de Romaria, portais, torres e claustros de igrejas, o Mosteiro de Alcobaça, o Castelo de Óbidos e monumentos representativos de Lisboa (Torre de Belém, Casa dos Bicos, Mosteiro dos Jerónimos, Teatro D. Maria II).

Os monumentos alusivos à fundação da nacionalidade reforçam a importância dada à História no PP. Trata-se de uma “representatividade de carácter ideológico” (Porto, 1994), uma vez que são escolhidos uns monumentos em detrimento de outros, são colocados lado a lado, num mesmo espaço, edifícios que não têm relação com o que se encontra no mundo real, com o objectivo de contar às crianças uma história feita de heróis e episódios gloriosos. Parte integrante desta área é o conjunto constituído pelos Museus do Traje, da Marinha e do Mobiliário<sup>26</sup>, cujo interior foi modificado e melhorado recentemente (ano 2000). No Museu da Marinha é interessante verificar que, ao contrário do que acontece, por exemplo, em relação aos objectos que estão nos pavilhões do “Portugal de Além-Mar”, os navios têm legendas mais pormenorizadas.

Depois do “Portugal Monumental” o visitante segue para o “Portugal Metropolitano”, do qual faz parte a representação de Coimbra<sup>27</sup>. Esta representação engloba de modo evidente a maior concentração de monumentos, sendo muitos deles referentes aos locais que dizem respeito à universidade. Ou seja, trata-se de uma cidade, representada aqui como “capital do saber”, que está directamente ligada, como aliás o demonstra esta construção, ao poder. Todavia, nem nesta parte, nem em nenhum local do “Portugal Metropolitano”, podemos encontrar a representação de uma

---

<sup>25</sup> Segundo pude averiguar, o arquitecto C. Branco pretendia dar uma ideia estilizada dos monumentos, mas a vontade do próprio escultor e de Bissaya-Barreto em aproximar estas réplicas aos monumentos originais, levou a que o mentor do projecto tivesse financiado todas as viagens necessárias para o que o escultor responsável pela obra pudesse ir aos locais onde se encontravam esses monumentos.

<sup>26</sup> Inaugurado no dia 8 de Junho de 2000.

<sup>27</sup> Aqui encontramos, entre outros, a arcada de St. ° António dos Olivais (igreja de Coimbra), a “Porta-Torre de Almedina”, o “Paço de Sobre-Ripas”, a “Porta da Biblioteca Joanina”, a “Capela”, a “Torre da Universidade”, a “Via Latina”, a “Porta Férrea”, o “Passo da Verónica”, a “Capela de S. Bartolomeu” e a “Sé Velha”.

fábrica, por exemplo, ou outra estrutura que denote a existência de tecnologias. Este era o ideal de polis que se queria dar a ver – a cidade que acolheu o PP surgia-nos aqui no centro geográfico, mas também no centro histórico de Portugal. Porém, “Coimbra” está também numa posição algo “liminar” entre o “Portugal Monumental” (urbano) e o “Portugal Metropolitano” (popular/ rural) semelhante à posição que ocupa no contexto do país, isto é, num lugar de destaque em relação às outras províncias, mas na periferia em relação a Lisboa – capital da metrópole e centro de decisão.

Saindo de “Coimbra”, e caminhando para a praça principal do “Portugal Metropolitano”, encontramos a estátua do “fundador da nacionalidade portuguesa” (Fig. 14), representada a uma escala mais pequena do que a real, proporcionalmente à escala miniaturizada do “Portugal Metropolitano”. Os restantes edifícios desta parte são miniaturizações de habitações ou de locais de trabalho de várias regiões do país<sup>28</sup> (Fig. 15). No seu exterior estão colocados azulejos com quadras, provérbios e dizeres de cariz moralista que exaltam a ideia de aldeia, região, trabalho, família, igreja, obediência e humildade.

Alguns elementos da arquitectura popular portuguesa são aqui usados como sendo típicos de uma região, sugerindo-se assim a existência de uma diversidade arquitectónica dispersa pelo país. Contudo, o que se procura mostrar também é que, embora diferentes, eles pertencem à mesma unidade territorial, política e cultural. Por outro lado, verificamos que o espaço envolvente do “Portugal Metropolitano”, talvez por estar num domínio mais “familiar”, não é contextualizado como acontece na parte da representação do “Portugal de Além-Mar”, em que se utilizam, por exemplo, palmeiras, coqueiros, e outras árvores comuns nos trópicos. Poderíamos encontrar aqui sobreiros, oliveiras, ou até pinheiros, elementos que decerto estariam de acordo com a imagem que se queria dar do país, mas isso não acontece.

Por fim chegamos à “Casa da Criança”, um edifício construído à escala dos adultos, cuja designação inicial foi “Ninho dos Pequenitos”, e que esteve na origem da construção do parque. O seu intento era o de acolher as crianças de tenra idade das famílias mais necessitadas que aqui ficariam até passarem para outras casas com crianças mais velhas. Hoje o edifício funciona como escola pré-primária. Do seu lado esquerdo encontra-se um jardim onde está colocado um globo terrestre com as rotas marítimas dos portugueses (Fig. 16), uma estátua de Camões e uma estátua da Rainha Santa Isabel - padroeira de Coimbra. Num dos textos de Bissaya-Barreto sobre o PP, o autor evoca os autores de algumas frases que estão escritas em pedras nesse

---

<sup>28</sup> Algumas destas construções parecem ter sido inspiradas na obra do arquitecto Raul Lino que fez uns anos antes um estudo sobre a “casa portuguesa”.

jardim: “Oliveira Martins, Latino Coelho, José Agostinho de Macedo, Pedro Nunes” que “ensinaram em volta, em cartelas desprezenciosas, como Portugal foi cavaleiro da cristandade e obreiro da civilização, ‘a fé e o império dilatando’” (1970: 219). Entre essas frases está a de Oliveira Martins que exalta o “génio”, a inteligência, o pioneirismo, a coragem e o sucesso dos portugueses na colonização:

O génio audaz e investigador dos portugueses ensinou a Europa a navegar e a colonisar; Nós sabemos, como os gregos e os phenicios, trilhar os mares e os sertões, esculdrinhar o fundo das barras, a entrada dos rios, a verdade das rotas, os fluxos do mar, os surgidouros dos portos, os desvios das serras, as brenhas do mato; nós soubemos, primeiro que ninguém o soubesse, lançar os alicerces das novas cidades, fundar os elementos de novas Europas.

Já a ideia de “nação” e de Portugal enquanto país civilizador, próspero e integrado na Europa, surge num texto de Latino Coelho:

Portugal é nação desde o dia em que saiu a cruzar os mares. (...) Desde então foi cavaleiro da christandade, o obreiro da civilização. Até então era apenas Portugal. D’ali por diante começou a ser Europa, a ser mundo, a ser heroe, a ser inteligência, a ser força, a ser luz, a ser liberdade, progresso, gloria e civilização.

Os autores cujos textos foram escolhidos para figurar nestas pedras estavam entre os mais (re)conhecidos da historiografia do século XIX e a sua referência era obrigatória nos “livros de leitura” das escolas durante o Estado Novo. É interessante verificar, pois, a relação da “Casa da Criança” com o ensino da História, a disciplina a que é dado um maior relevo no âmbito da idealização de um estado nacional.

## AS “ILUSÕES” QUE CRIAM A HISTÓRIA

No fim da visita torna-se claro o objectivo da construção do PP - contar a história de Portugal a todos os “pequenitos” que com ele se identifiquem. A História, para republicanos como Bissaya-Barreto, ou para aqueles ligados ao regime estado-novista, tem um lugar de destaque ao nível do ensino, na medida em que constitui a disciplina que melhor difunde os valores do nacionalismo. Por ocasião desta

construção a ideia de “nação” surge muitas vezes associada à ideia de “império”. Nesse sentido, encontramos no PP o “mundo português” que se queria dar a ver na época: um país europeu com territórios espalhados pelo planeta. Era o Portugal de aquém - províncias da metrópole - e de além-mar - províncias ultramarinas - que se reivindicava existir “do Minho a Timor”, e mesmo o Brasil - a grande ex-colónia portuguesa - aqui se encontra na qualidade de “país irmão”.

Ao longo do percurso da visita é-nos sugerida uma história cujos heróis de um grupo - os portugueses - são Bissaya-Barreto (mentor do projecto), o Infante D. Henrique (representante dos heróis das conquistas portuguesas), Afonso Henriques (primeiro rei de Portugal) e Camões (poeta da epopeia Portuguesa). Desta história fazem parte também os “outros” - povos colonizados pelos portugueses - remetidos para um passado<sup>29</sup> anterior à história dos portugueses, representando apenas um momento da evolução da humanidade. Por exemplo, as lendas dos pavilhões do “Portugal de Além-Mar” não têm qualquer descrição sobre os países ou culturas por eles representadas.

Este processo de colocar o “outro” num passado distante é semelhante ao trabalho desenvolvido pelos primeiros antropólogos ao nível dos discursos e das práticas. No sentido de atribuir ao “objecto” da antropologia um estatuto científico procedia-se a uma objectificação que dependia da distanciação espacial e temporal. Assim, como referiu Fabian, o que esses antropólogos fizeram não foi “encontrar” a selvajaria no “selvagem” nem a primitividade no “primitivo”, mas sim colocá-los nesse estado (1983: 121). Neste caso, e para colocar os “outros” num tempo antigo, anterior ao dos portugueses, e distante no espaço, foi feita uma representação desses “outros” que criava uma “ilusão do primitivo”<sup>30</sup>, na expressão de Adam Kuper (1987) e os tornava exóticos e estranhos ao olhar dos ocidentais.

Como referiu Gustav Jahoda (1999), o conteúdo das imagens construídas sobre os “outros” reflecte muito mais as particularidades daqueles que as concebem do que propriamente as características daqueles que nelas são representados. Segundo Jahoda, quando se trata de diferenciar grupos humanos, a ênfase é colocada na identidade de um grupo que é valorizado positivamente por oposição aos “outros” que a ele não pertencem (Jahoda, 1999: xiv).

---

<sup>29</sup> Sobre a negação da contemporaneidade, *vide* Fabian, 1983.

<sup>30</sup> A ideia de “sociedade primitiva” está relacionada com noções como “mentalidade primitiva”, “religião primitiva”, “arte primitiva”, “dinheiro primitivo”, etc. (Kuper, 1987: 1). Segundo Jahoda (1999), o termo “primitivos” foi uma designação utilizada posteriormente ao termo “selvagens” para classificar os não-europeus; podemos encontrá-lo na literatura antropológica e histórica modernas.

De seguida, darei alguns exemplos de representações do exótico e de como são materializadas as “ilusões” na parte do “Portugal de Além-Mar” do PP. Nesta construção, uma das tentativas no sentido de nos remeter para *outro* espaço concretiza-se pela plantação de vegetação típica das regiões tropicais (palmeiras, bananeiras e coqueiros, por exemplo) nos locais que envolvem os pavilhões. Por outro lado, a arquitectura dos pavilhões desta parte contém algum abstraccionismo representativo que nos remete para algumas formas de arte africana, com cores fortes e contrastantes, e inclui elementos da flora e da fauna. As paredes exteriores do pavilhão de Cabo Verde (Fig. 17), embora de cimento, são esculpidas e pintadas de um modo que faz lembrar as esteiras e os troncos das árvores. Um outro aspecto é o facto de na construção original, o telhado dos pavilhões de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e Timor ser feito de colmo. A colocação do colmo é, claramente, uma tentativa de mostrar os materiais de que eram feitas algumas casas das “províncias ultramarinas” e uma forma de tornar mais exóticas estas habitações. Tratando-se de um material adequado sobretudo aos climas tropicais, a sua substituição foi necessária. Hoje, esses telhados procuram imitar o desenho dos anteriores, mas são feitos de cimento e pintados de preto.

No exterior dos pavilhões e integradas nesta “paisagem” estão algumas representações de figuras humanas que se associam à natureza aqui representada. A estátua que existe por detrás do pavilhão da Guiné representa um africano seminu envergando uma lança (símbolo de caça e defesa) e está em cima de uma rocha com elementos vegetais aí esculpidos (cactos e raízes de plantas) que nos sugere, de alguma forma, uma continuidade entre a natureza e o africano - caçador-recolector - e, por isso, mais “atrasado” na escala da evolução da humanidade (Fig. 18).

Voltando à praça da entrada do “Portugal de Além-Mar”, deparamo-nos com colunas de pedra, altas, ao longo das quais estão representados rostos de africanos, macacos<sup>31</sup>, e outras representações híbridas que incluem máscaras, elementos animais e vegetais diversos (Fig. 19). No pavilhão de S. Tomé e Príncipe os pilares em forma de troncos de coqueiros que terminam em cabeças humanas também sugestionam o africano como um ser híbrido, meio humano e meio vegetal (Fig. 20). As formas geométricas que sugerem rostos humanos nos pilares e as cabeças estilizadas no telhado do pavilhão da Guiné também remetem para a ideia de “primitivismo” (Fig. 21). O mesmo se pode dizer das cabeças de demónios ou seres mágicos no telhado do pavilhão de Cabo Verde (Fig. 22). Alguns pavilhões têm à

---

<sup>31</sup> As representações de africanos ao lado de macacos, ou mesmo com caracteres físicos misturados de uns e de outros são comuns ao longo da História (*vide* Jahoda, 1999).

entrada bustos de africanos sobre colunas. É o caso dos de Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo-Verde. De um modo geral, são figuras pintadas de preto com os lábios grossos e vermelhos evidenciando um contraste notório, procurando destacar, tal como no processo de caricaturar, os caracteres fenotípicos dos africanos.

As figuras humanas assim representadas, seminuas, por um lado, e misturadas com elementos animais ou vegetais, que no seu conjunto representam entidades estranhas, mágicas e do domínio do imaginário, por outro, sugerem-nos uma visão dos africanos enquanto seres sem vergonha, associados a uma sexualidade desenfreada<sup>32</sup> e a rituais ou práticas desconhecidas e potencialmente perigosas, ou seja, seres selvagens<sup>33</sup> e de comportamentos não domesticados pertencentes a um mundo distante e inóspito para onde os portugueses, com a sua bravura e boa vontade, levaram a “civilização”.

No interior dos pavilhões encontramos vários objectos (Figs. 7, 8 e 9): esculturas, desenhos, pinturas, fotografias, elementos da fauna e da flora dos territórios representados, armas, cabeças de animais (troféus de caça), objectos de uso quotidiano, objectos de artesanato e outros. Porém, os objectos produzidos pelos povos outrora colonizados são expostos sem qualquer legenda, explicação ou contexto de produção e de uso. A presença de armas no interior dos pavilhões de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau (os territórios africanos habitados quando os portugueses lá chegaram), associadas ou não à captura de animais selvagens, aí expostos, também nos sugere a ideia de que estes povos pertencem a um mundo ligado à primeira fase da humanidade, “primitivo” ou, pelo menos aqui, pré-civilizado. Podemos ver também objectos que nos remetem para o campo mítico e mágico-religioso - fetiches, figura do feiticeiro, objectos usados em práticas rituais - todos eles representativos de um paganismo perigoso. Nesse sentido, a religião dos povos colonizados é considerada irracional e é incompatível<sup>34</sup> com a religião imposta pelos portugueses representada pela “Capela das Missões” (Figs. 11 e 12).

---

<sup>32</sup> A ideia da sexualidade desenfreada dos africanos persistiu ao longo de séculos e alcançou o seu auge durante o século XIX quando ganhou respeitabilidade científica. Ainda no século XX encontramos resquícios destas imagens, principalmente ao nível da cultura popular (Jahoda, 1999).

<sup>33</sup> O estado de selvajaria foi concebido pelo Iluminismo como a “infância da humanidade”. Esta ideia foi posteriormente submetida a uma transformação conducente ao facto de o “selvagem” vir a ser representado como uma criança. Mas, segundo Jahoda, inicialmente, o estado de selvajaria foi atribuído independentemente da pigmentação da pele dos indivíduos e, por isso, nele íamos encontrar, inclusivamente, os europeus mais remotos. Porém, as transformações sucessivas das sociedades europeias conduziram a uma divergência crescente entre sociedades europeias e sociedades “selvagens” (Jahoda, 1999).

<sup>34</sup> Aqui reforça-se a ideia de que o homem “primitivo” era ilógico e com uma propensão especial para a magia; porém, com o tempo terá desenvolvido ideias religiosas mais sofisticadas (Kuper, 1987: 5).

A inferiorização dos povos não-europeus encontra-se ainda nos pavilhões que representam os asiáticos, onde se procura tornar mais exótica a sua existência. Usam-se para isso representações de animais e elementos decorativos com figuras que nos remetem para a animalidade ou para o domínio do sobrenatural. No caso do pavilhão da Índia encontramos à entrada um elefante e por cima da porta vemos uma figura antropomórfica com três cabeças, mas apenas um tronco, no cimo do qual se encontra uma serpente bicéfala (Fig. 23). O pavilhão de Timor tem no cimo da entrada duas cabeças de gado bovino de cada lado (Fig. 24). E no pavilhão seguinte, de Macau, surgem-nos à sua volta vários leões e no telhado estão duas representações de cabeças de “dragão”, isto é, figuras do imaginário oriental (Fig. 25).

É também nos pavilhões asiáticos que vamos encontrar alguns elementos que nos sugerem um outro estágio de “civilização”, por um lado, e de aculturação, por outro. Como exemplo, podemos referir a fotografia do Liceu Nacional Infante D. Henrique - símbolo da civilização e da presença dos portugueses no território - no pavilhão de Macau, e as maquetas aí expostas que representam ruas onde podemos ler as legendas: “dentista”, “hospedaria”, “drogaria”, “curandeira chinesa”, “alfaiataria”, “vestidos”, “empreiteiro”, ou seja, elementos demonstrativos de uma sociedade mais desenvolvida do que as anteriores. No pavilhão da Índia vamos encontrar, para além das representações de motivos “índios”, algumas representações religiosas da “sagrada família” em miniatura ou pintadas num prato de louça, isto é, elementos que nos sugerem uma certa aculturação e/ou elementos comuns com a sociedade ocidental.

No “Portugal de Além-Mar”, o topo da “evolução” encontra-se, finalmente, na “Capela das Missões” - símbolo da “evangelização” e “civilização” cuja porta de entrada está virada para o planisfério das rotas marítimas, ou seja, para a “civilização” e cujas traseiras estão voltadas para o Portugal de Além-Mar (Figs. 11 e 12). No interior da capela estão fotografias onde podemos denotar a associação entre as missões e o ensino da escola e de várias profissões e ofícios<sup>35</sup>. No seu exterior podemos contemplar a escultura de uma africana com uma criança que nos remete para os “bons” sentimentos despertados pela maternidade e, por analogia, para os “bons” sentimentos dos missionários portugueses que pelo seu esforço e dedicação conduziram os povos colonizados para a “civilização” (Fig. 26).

---

<sup>35</sup> Num trabalho sobre o discurso colonial, também Nicholas Thomas conclui que as missões eram muitas vezes vistas como responsáveis por uma mudança social positiva (2000).

## CONCLUSÃO: A HISTÓRIA E OS MITOS

A construção do PP teve como propósito contar às crianças a história da “nação” portuguesa e mostrar o grande “império português”, de uma maneira intencionada e manipulada, mostrando a centralidade dos castelos medievais e dos monumentos nacionais e remetendo para a periferia o “Portugal de Além-Mar”. O texto de entrada da construção refere que foi devido à “grande aventura” dos Descobrimentos que “nasceu o mundo moderno”, associando a modernidade à descoberta e à expansão. Contudo, a “modernidade” aqui foi a incorporação da periferia, isto é, dos espaços de além-mar.

A história apresentada no PP parece estática e parada no tempo, embora em alguns momentos, como no caso dos textos dos padrões se tenham procedido a reformulações. Esta história que aqui nos foi dada a ver é semelhante à história dos mitos analisados sistematicamente por Claude Lévi-Strauss, segundo o qual na mitologia a mente “opera essencialmente através de um processo de transformação”, porque um mito é modificado pelo narrador que o conta e, neste processo, “alguns elementos são eliminados e substituídos por outros”, as sequências são alteradas, “e a estrutura modificada move-se através de uma série de estados”; contudo, essas variações “continuam a pertencer ao mesmo conjunto”<sup>36</sup> e é porque se altera que o mito continua a existir. Encontrámos no PP, precisamente, um esforço de combinação de elementos diferentes que procedendo a uma ideologia, foram reagrupados num único espaço, de forma a estabelecer entre eles uma relação que os faz pertencer ao mesmo conjunto. Por outro lado, é a crença num mito pré-existente que condiciona a percepção de quem idealiza e concebe este espaço.

Durante a visita deparámo-nos com uma construção que nos sugere a existência de uma evolução na humanidade, desde os africanos até aos portugueses, encontrando-se os asiáticos num estado intermédio. A sugestão é feita pela organização geral do espaço, pelo encaminhamento do visitante, e principalmente pela representação que diz respeito ao “Portugal de Além-Mar”. Além disso, como verificámos, a utilização dos elementos decorativos no exterior, a representação das figuras humanas, a decoração dos pavilhões e a exposição dos objectos no seu interior reforçam essa sugestão. Por outro lado, essa inferiorização é feita através da ideia de “raça”. A utilização dos termos “rei preto”, “raças negras” e “azenegues” nos textos originais dos padrões do “Portugal de Além-Mar”, vem associada à ideia de que

---

<sup>36</sup> Citado em Kuper, 1987: 11.

os africanos eram seres destituídos de qualquer “civilização” e deviam estar, por isso, em “dívida” para com os portugueses. De um modo geral, as representações dos povos colonizados como seres próximos da natureza, misturados com a animalidade e com seres fantásticos, possuidores de uma religião incompreensível relativamente à que está representada na “Capela das Missões”, contribui para a sua inferiorização.

Hoje o PP é um espaço que, tendo sofrido contínuas renovações, continua aberto ao público (Fig. 27) e procura não sucumbir no contexto actual e manter o número elevado de visitantes, tendo recebido em 2000 uma medalha de Mérito Turístico atribuída pelo governo português. Não obstante, esta construção pode dar azo a que alguns mitos continuem a persistir, pelo menos em termos ideológicos, suscitados pela manutenção e preservação de determinados elementos do passado, que embora sofrendo alterações e actualizações sucessivas, não desapareceram, e tal fenómeno permite a sua continuidade dentro da História.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

Bandeirinha, José António Oliveira. 1996. *Quinas Vivas. Memória Descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na arquitectura portuguesa dos anos 40*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Barnes, J. A. 1972. “Social Networks”. *Module in Anthropology*. N.º 26. Reading, MA: Addison-Wesley.

Bissaya-Barreto, Fernando. 1940. “Festas comemorativas dos Centenários e da Rainha Santa”. *A Saúde. Mais vale prevenir do que remediar. Jornal popular, bi-mensal de Higiene e Profilaxia Sociais*. Ano X. n.ºs 229 e 230: 4-7.

Bissaya-Barreto, Fernando. 1970. *Uma obra social realizada em Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora. 4 volumes. Vol. 1.

Braga, Teófilo. 1884. *Os Centenários*. Porto: s. ed.

Fabian, Johannes. 1983. *Time and the Other. How anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press.

Guia em folheto do “Portugal dos Pequenitos”, 1974, Coimbra.

Jahoda, Gustav. 1999. *Images of Savages. Ancient Roots of Modern Prejudice in Western Culture*. London & New York: Routledge.

Kuper, Adam. 1988. *The invention of primitive society. Transformations of an Illusion*. New York & London: Routledge.

Matos, Patrícia Ferraz de. *As Côres do Império. Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Neves, Helena. 2000. “Bissaya-Barreto, Cassiano Branco e o Portugal dos Pequenitos”. In *Jardim Portugal dos Pequenitos*. 2000. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento do Património Cultural, Arquivo Municipal de Lisboa, Fundação Bissaya-Barreto. P. 10-12.

Paulo, Heloísa. 1990. “Portugal dos Pequenitos’: Uma obra ideológico-social de um professor de Coimbra”. *Revista de História da Ideias*. V. 12, P. 395-413.

Pereira, Ana Leonor. 2001. *Darwin em Portugal: Filosofia, História, Engenharia Social: 1865-1914*. Coimbra: Almedina.

Porto, Nuno Manuel de Azevedo Andrade. 1994. *Uma Introdução à Antropologia. Aula teórica-prática no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica*. Departamento de Antropologia. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade de Coimbra.

*Portugal dos Pequenitos*. 1966. Coimbra: Fundação Bissaya Barreto.

“Portugal dos Pequenitos, Coimbra-Portugal”. *Notícias*. Ano 3. N.º 14. Setembro de 2000. Coimbra: Fundação Bissaya-Barreto.

Sousa, Jorge Pais de. 1999. *Bissaya Barreto, Ordem e Progresso*. Coimbra: Minerva.

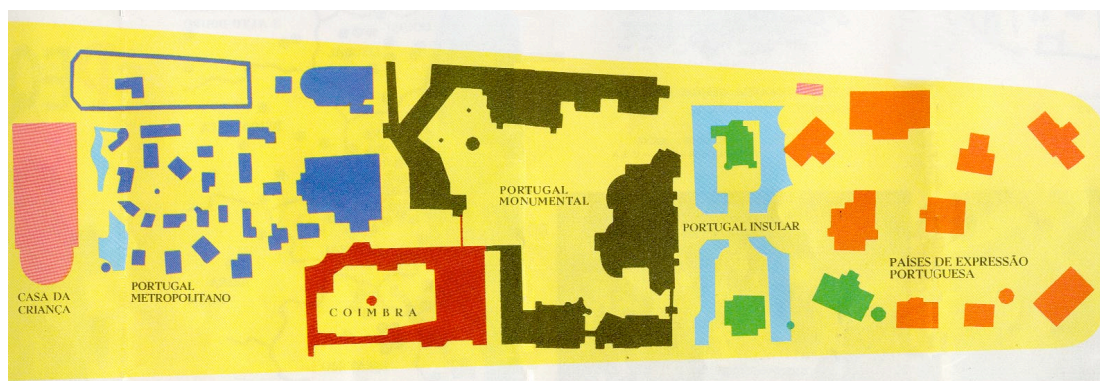
Távora, Fernando. 1996. “Prefácio”. In Bandeirinha, José António Oliveira. 1996. *Quinas Vivas. Memória Descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na arquitectura portuguesa dos anos 40*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Thomas, Nicholas. 2000. “Colonial conversions: difference, hierarchy, and history in early twentieth-century evangelical propaganda”. In Catherine Hall (ed.), *Cultures of Empire. Colonizers and the empire in the nineteenth and twentieth centuries*. Manchester: Manchester University Press. P. 298-328.

### Filmes sobre o “Portugal dos Pequenitos”

1. *Rumo à Vida: a Obra de Assistência Social na Beira Litoral*, 1950. Equipa técnica: realização, João Mendes; texto literário, Henrique Galvão; fotografia, Perdigão Queiroga; produção, Felipe de Solms e Ricardo Malheiro; locução, Pedro Moutinho. Duração: 25 m. CD: ISBN 972-8318-75-8. Depósito legal: 145318/99.

2. *Portugal dos Pequenitos*, 1968 (?). Equipa técnica: realização, João Mendes; fotografia, Mário Moura; produção, Felipe de Solms; texto, Luiz Forjaz Trigueiros; música, Shegundo Galarza. Lisboa. Filme em bobina (10 m): cor, sonoro. Cópia acessível na Casa-Museu Bissaya-Barreto.



**Figura 1:** Planta do PP no guia em folheto do PP, anos 70 do século XX.



**Figura 2:** Entrada do PP, postal, sem data.



**Figura 1:** Busto do fundador do PP, fotografia da autora.



**Figura 4:** Figura de um africano na praça de entrada do "Portugal de Além-Mar", fotografia da autora.



**Figura 5:** Planisfério das rotas marítimas, fotografia da autora.



**Figura 6:** Pavilhão original de Angola, anos 40 do século XX, fotografia do espólio da FBB.



**Figura 7, 8 e 9:** Objectos no interior dos pavilhões, fotografias da autora.



**Figura 10:** Interior actual do Pavilhão do Brasil, fotografia da autora.



**Figuras 11 e 12:** Capela das Missões – parte frontal e parte posterior, anos 40 do século XX, fotografias do espólio da FBB.



**Figura 13:** Padrão de Angola, fotografia da autora.



**Figura 14:** Estátua de Afonso Henriques, fotografia da autora.



**Figura 15:** Miniaturizações de casas do país, fotografia da autora.



**Figura 16:** Globo terrestre com rotas marítimas dos portugueses, fotografia da autora.



**Figura 17:** Pavilhão de Cab Verde, anos 40 do século XX, fotografia do espólio da FBB.



**Figura 18:** Pavilhão da Guiné e escultura de africano, anos 40 do século XX, fotografia do espólio da FBB.



**Figura 19:** Coluna de pedra do largo da entrada do "Portugal de Além-Mar", fotografia da autora.



**Figura 20:** Pavilhão de S. Tomé e Príncipe, fotografia da autora.



**Figura 21:** Pavilhão da Guiné-Bissau, fotografia da autora.



**Figura 22:** Pavilhão de Cabo Verde, anos 40 do século XX, fotografia do espólio da FBB.



**Figura 23:** Pavilhão da Índia, anos 40 do século XX, fotografia do espólio de FBB.



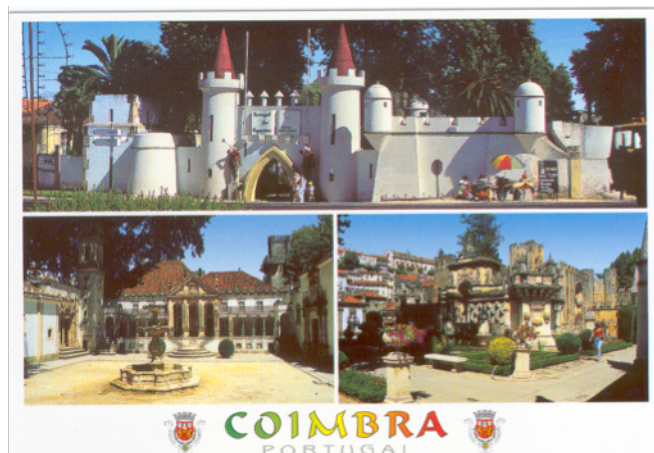
**Figura 24:** Pavilhão de Timor, anos 40 do século XX, fotografia do espólio da FBB.



**Figura 25:** Pavilhão de Macau, fotografia da autora.



**Figura 26:** Escultura representativa da "maternidade", fotografia da autora.



**Figura 27:** Postal turístico, sem data.